

TRANSPARÊNCIA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS:

Um estudo no Estado do Ceará

Paulo Henrique da Fonseca

paulo.henriques@professor.ufcg.edu.br

Lara Piancó Saraiva

lara.pianco@estudante.ufcg.edu.br

Rosana Santos de Almeida

rosana.santos@estudante.ufcg.edu.br

Jônatas Claudio Farias Maciel

jonatas.claudio@estudante.ufcg.edu.br

Palavras-chave: Organizações Sociais (OS). Transparência Pública. Estado do Ceará. Áreas de atuação.

1. INTRODUÇÃO

A presença das Organizações Social (OS) na gestão de ações e órgãos de prestações de serviços públicos prioritários é um aspecto da modernização do Estado. Esse tema está relacionado ao Eixo 1: Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade do II ENGECC. A presença de entidades não-estatais como as OS nas parcerias e com o volume de recursos públicos aportados nos contratos de gestão, tornam essas parcerias importantes foco de investigação e atenção dos pesquisadores e autoridades da área de fiscalização e controle.

Dada a importância das políticas de transparência das informações pelos órgãos públicos, em novembro de 2011, a então Presidenta Dilma Rousseff, assinou a Lei N° 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), com principal objetivo de regular e fiscalizar os normativos legais já previsto na Constituição Federal. A LAI resulta de uma necessidade de consolidação e articulação relacionada ao direito de acesso a informações públicas de interesse particular ou interesse coletivo.

As organizações sociais, como parte do terceiro setor, se consolidam no ano de 1998 com a promulgação da Lei nº 9.637/1998, responsável pela qualificação, criação de programa nacional de publicização, extinção de órgãos e absorção das suas atividades. Assim, para que ocorra a habilitação de uma organização social é fundamental que ela cumpra alguns requisitos: registro dos atos de constituição; natureza social; ausência de interesses econômicos; obrigatoriedade de aplicar os recursos financeiros que forem excedentes na própria organização (COSTA, 2018).

1.1 - Objetivos e problematização

Com isso, é importante e válido mencionar que nesta pesquisa o foco é o elo existente entre a transparência no uso de recurso público por meio das chamadas Organizações Sociais do Estado do Ceará. Portanto, com objetivo de identificar as organizações sócias ativas, aplicação do dinheiro público repassado e as áreas de atuação destinadas

Assim, através do portal da transparência, é possível constatar o repasse que os Estados fazem para as organizações sociais, entretanto é preciso saber como se dá a aplicação desses recursos por parte das OS. Diante da problemática, surge o seguinte questionamento: como as organizações sociais ao receberem o repasse de recursos públicos, procedem com a sua prestação de contas? Nessa perspectiva, esse estudo tem o intuito de analisar como as OS's procedem com os mecanismos de prestação de contas do repasse dos recursos públicos como medida de fiscalização da sua correta aplicação.

1.2 – Justificativa

A importância da presente pesquisa, fundamenta-se como sendo um dos motivos: o importante crescimento Terceiro Setor no mundo contemporâneo Prova disso, é que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007 o Terceiro Setor teve participação oficial de 1,4% na formação do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB). Portanto, é uma área que continua necessitando de estudos devido sua rápida evolução nas composições estatais.

Outro ponto relevante e que justifica o atual estudo é a necessidade da construção desse debate a respeito da transparência da prestação de contas dessas organizações sociais no Estado do Ceará, o qual foca na transparência requerida pela Lei 12.527/11, a qual é fundamental como requisito constitucional.

2. METODOLOGIA

A pesquisa partirá da observação e levantamento dos dados das Organizações Sociais (OS) no Estado do Ceará. Trata-se de pesquisa empírica, de tipo qualitativo, mas com amplo suporte de dados estatísticos de fontes primárias dos sítios eletrônicos da Transparência Pública do Estado do Ceará. O nível da pesquisa é exploratório e descritivo com análise dos dados consolidados da OS's no Estado do Ceará: quantidade de recursos, de entidades e áreas de atuação. Para suporte teórico da análise, se procederá pela técnica da pesquisa bibliográfica, onde serão utilizados trabalhos científicos e leis acerca do tema, onde os dados qualitativos serão obtidos através do banco de dados do portal da transparência, tomando um período de 6 (seis) meses.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os contratos do estado do Ceará com as OS's se dão nas áreas de saúde, trabalho, educação, tecnologia e arte. São várias Organizações cujo destaque se verá adiante recaiu sobre a saúde, mas o rol é bem diversificado de prestações dessas OS's:

Quadro: Organizações Sociais e contratos no Estado do Ceará

mês/ano	OS's ativas	Contratos ativos R\$	Média dos contratos ativos R\$
Out/2021	33	2.366.454.644,14	71.710.746,79
Nov/2021	34	3.428.044.351,04	100.824.833,9
Dez/2021	33	3.427.444.351,04	103.861.950,00
Jan/2022	33	3.427.065.595,62	103.850.472,6
Fev/2022	34	3.481.791.804,52	102.405.641,3
Mar/2022	34	3.473.403.763,29	102.158.934,2

A crítica ao sigilo e ao controle estatal das informações ganhou grande relevância no processo de redemocratização brasileiro. Prova disso, é o reconhecimento na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, incisos XIV e XXXIII, onde assegura a todos o direito ao acesso à informação e, no artigo 37, onde apresenta os princípios que norteiam a administração pública. Assim, os normativos legais estabelecem o amplo e efetivo acesso às informações

detidas pelo Estado brasileiro, impulsionando políticas de transparência governamental e controle social da Administração Pública.

O estado do Ceará realiza parcerias com as organizações sociais via contratos de gestão, inclusive a Lei estadual nº 12.781/1997 é anterior à Lei nacional. O quadro acima apresenta um recorte da série histórica entre os meses de outubro de 2021 a março de 2021, onde percebe-se que não houve grandes variações no número de organizações sociais. No que concerne às áreas de atuação, estas se repetem.

Com relação à valores de contratos ativos das organizações sociais houve uma variação entre outubro e fevereiro, final de 2021, início de 2022, no primeiro as despesas demonstram o valor de R\$ 2.366.454.644,14 (dois bilhões, trezentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos) e em fevereiro R\$ 3.481.791.804,52, contudo, pela ausência de demonstrativos financeiros específicos de repasse, não se pode averiguar o motivo.

Soma dos valores dos contratos ativos por fornecedor

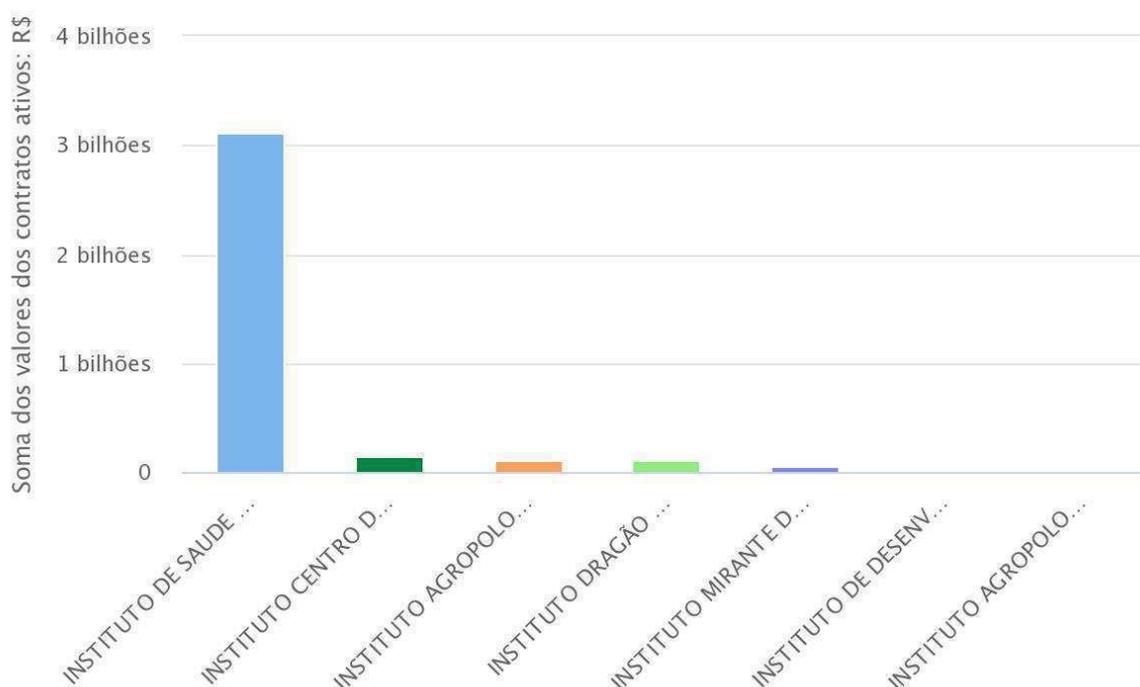


Gráfico demonstrativo da soma dos contratos por fornecedor.

O Portal de Transparência do estado do Ceará apresenta as informações gerais, destacando em gráfico de barras os maiores valores em contratos ativos a cada mês. Em uma pesquisa geral acerca dos contratos de gestão nos últimos anos, pode-se averiguar dados filtrados de 176 contratos, desde a data de 14 de janeiro de 2013 até os dias atuais, apresentando

o montante de 7.347.950.444,83 (sete bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

Quando se analisa os meses provenientes da emergência em saúde em virtude do Coronavírus, vê-se que os gastos em saúde aumentaram significativamente, sendo as organizações sociais beneficiadas, haja vista administrarem um grande número de serviços no estado.

A transparência pública, por meio das novas tecnologias, transformou-se em conquista da sociedade com o objetivo de uma gestão democrática e participativa, neste azo a Lei de Acesso à Informação aponta que qualquer interessado pode usar as informações disponibilizadas no portal da transparência, quando se trata de uma consulta simples (FONSECA et al., 2021).

Deste modo, percebe-se que o portal de transparência do Governo do Ceará não exterioriza, detalhadamente, as informações referentes às organizações sociais em contrato de gestão com a administração pública, apenas descreve o nome destas e o valor do contrato. A observância dos princípios da administração pública como a legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e publicidade são de suma importância.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu analisar a exposição de informações dos contratos de gestão entre o Governo do Estado do Ceará e as Organizações Sociais a partir da transparência pública e do acesso à informação por parte do cidadão. Como base da pesquisa estão os dados dispostos para consulta pública e as especificações por eles apresentadas.

Por intermédio dos dados dispostos no site, observou-se o cumprimento dos padrões de transparência determinados pela legislação vigente, bem como que os dados não genéricos, mas descritos a partir de forma geral no valor de contratos ativos a cada mês e a referida organização social que está administrando as principais áreas de serviços públicos. Além disso, é nítido que a pandemia de Covid-19, provocou gastos públicos na saúde, favorecendo os contratos de gestão em valores vultosos.

Diante do investimento de recursos públicos nestes contratos, justifica-se a necessidade de uma transparência analítica, atenda aos dados vinculados e a forma pela qual estão expostos, quando se recorta a situação de uma transparência ativa. Deste modo, a administração cumprirá o seu papel em oferecer os serviços e ao mesmo tempo as suas despesas. Por fim, cumpre

salientar que se pretende ampliar essa pesquisa para outros estados da região em um futuro estudo comparativo, para maiores considerações sobre a transparência dos contratos de gestão.

REFERÊNCIAS

CEARÁ, Governo do. **Contratos de gestão**. 2022. Disponível em: https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/contratos/contratos-de-gestao?locale=pt-BR&__=__. Acesso em: 29 maio 2022

ALVES, M. J. de S. **As organizações sociais na execução de políticas públicas do estado do Ceará: uma análise sobre o investimento público entre os anos de 2016 a 2019**. (ABNT - TESES) 2021.

COSTA, R. N. **Transparência e Acesso à Informação em Organizações Sociais Vinculadas à União**. Brasília, 2018.

FONSECA, P. H et al. Portal da Transparência: Uma análise do acesso à informação no município de Sousa (PB). **Encontro Nacional de Gestão e Comunicação (ENGEC)**, nº I, 2021, São Caetano do Sul. Resumo Expandido, **Anais de Evento** [...] São Caetano do Sul, USCS; Campina Grande, UFCG, 2021. p. 507-512. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1i7qSTgXaGlKh2Iqs1IjYjabPIY-c6CqQ/view>. Acesso em: 29. mai. 2021.